

Relações militares Brasil-Estados Unidos: aprofundamento e contradições**Lívia Peres Milani**

O objetivo deste artigo é mapear as relações entre os militares brasileiros e estadunidenses desde 2015, quando foram ratificados pelo governo brasileiro o Acordo de Cooperação em Defesa (DCA, na sigla em inglês) e o Acordo relativo a Medidas de Segurança para a Proteção de Informações Militares Sigilosas (GSOMIA, na sigla em inglês). Entende-se que, a partir de então, teve início um processo de aprofundamento das relações bilaterais no campo militar com a potência que contradiz com incentivos estruturais à Política Exterior Brasileira em outros âmbitos. Em outras palavras, a intensificação das relações bilaterais com os EUA no âmbito militar convive com o aumento das relações econômicas com a China, em termos de comércio e investimentos, e com a tendência global de transição hegemônica, o que se refletiu inclusive na formação do fórum BRICS. A hipótese do trabalho é que os militares brasileiros se tornaram um ator importante na promoção de alinhamento com os Estados Unidos, enquanto outros atores relevantes para a formulação da Política Exterior, como os diplomatas e parte das elites econômicas, entendem que a diversificação de parcerias seria mais benéfica ao país. No decorrer do trabalho, buscaremos mapear os acordos bilaterais em Defesa e os exercícios conjuntos realizados pelos militares de ambos os países.

Palavras-chave: Brasil-Estados Unidos, Relações Militares, Política Externa Brasileira.

Introdução

A tendência de declínio relativo dos Estados Unidos e de ascensão econômica e política da China tem sido sinalizada há algum tempo por autores de diferentes perspectivas no campo das Relações Internacionais (Layne 2012; Arrighi 2007; Schutte 2020; Kupchan 2014; Acharya 2014). O crescimento chinês foi, inicialmente, percebido com desconfiança nos Estados Unidos e motivou importante debate interno. Mais recentemente, com a expansão do comércio e dos investimentos chineses, intensificou-se a percepção de ameaça por parte da potência hegemônica – que não parece disposta a aceitar uma transição de hegemonia na ordem internacional. A China, por sua vez, ao mesmo tempo em que reafirma suas intenções de desenvolvimento pacífico, coloca em prática projetos de larga escala, como o *Belt and Road Initiative*, ampliando a expansão externa do seu capitalismo. Neste contexto, a prévia da Estratégia Nacional de Defesa lançada pelo governo Joe Biden caracteriza a China como “crescente ameaça de múltiplos domínios” e o novo conceito estratégico da OTAN reafirma a ideia de ameaça chinesa (NATO 2022; U.S. Department of Defense 2022, p.1).

A América Latina não fica de fora destes desdobramentos que ocorrem no nível global (Nolte 2013; Paz 2012; Santibañes 2009). Embora não seja a área central de disputas, a região pode representar para a China um contraponto à projeção de poder estadunidense no Indo-Pacífico (Bernal-Meza 2020). Na América Latina, a expansão do capitalismo chinês tem ocorrido especialmente a partir da dimensão econômica – englobando comércio e investimentos – sendo que a potência asiática tornou-se o principal parceiro comercial de alguns países sul-americanos, uma credora de relevo e fonte importante de investimentos diretos (Schutte 2020; Myers, Wise, 2017). Já os EUA, contrapondo-se a tais incrementos, buscam recompor sua hegemonia em uma tradicional área de influência.

A reação dos Estados Unidos tem ocorrido pelo menos de três maneiras: i) pela adoção de uma retórica agressiva, que, nos diálogos com os países da região, caracteriza a China como um ator “imperialista” e “expropriador”, ii) pelo anúncio de programas econômicos e de apoio ao desenvolvimento – os quais, ainda estão aquém das iniciativas chinesas e, iii) pela reafirmação da importância das relações militares e pelo aumento da importância do Comando Sul no âmbito de sua Política Externa para a região. Este artigo analisa este último mecanismo de reafirmação da hegemonia estadunidense, a partir do caso das relações militares entre Brasil e Estados Unidos.

O caso brasileiro é importante, em primeiro lugar, pela relevância econômica do Brasil na região, sendo a maior economia, o maior mercado, possuindo as maiores forças armadas e o maior gasto militar – assim, o Brasil é central para a estratégia de retomada hegemônica por parte dos Estados Unidos. Em segundo lugar, grande parte das análises sobre a presença militar da potência na América do Sul tem como foco a Colômbia (Vaicius and Isacson 2003; Tickner 2007; Tickner and Morales 2015), existindo uma quantidade menor de estudos sobre o caso brasileiro. Esta situação é compreensível, tendo em vista que a parceria militar EUA-Colômbia é mais intensa e tradicional, enquanto dos contatos militares entre Brasil e Estados Unidos são mais discretos – embora venham crescendo nos últimos anos.

O artigo tem como base pesquisa exploratória e qualitativa, conduzida predominantemente através revisão de bibliografia, análise textual de documentos oficiais e consulta a bases de dados. O artigo foi dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na próxima seção, é apresentado o contexto internacional contemporâneo – de crise da ordem liberal internacional e de declínio dos

Estados Unidos –, na segunda a ideia de cooperação em segurança é explorada e é feita uma contextualização das relações militares Brasil-Estados Unidos e, por fim, os desenvolvimentos mais recentes são apresentados.

1. O contexto: a crise da ordem liberal internacional e da hegemonia dos Estados Unidos

A intensificação das rivalidades entre grandes potências e a disputa internacional em torno de modelos de organização política e econômica compõe, com uma série de outros desenvolvimentos, uma situação global que vem sendo caracterizada como de crise de hegemonia na ordem liberal internacional (Babic 2020; Sanahuja and López Burian 2020). Babic (2020) situa esta crise como um interregno, uma crise de longa duração que gera incertezas e instabilidades e deve ser analisada por si mesma para que seja possível compreender as dinâmicas da ordem internacional no momento contemporâneo.

Para entender o momento atual como de crise de hegemonia, é necessário um breve comentário sobre este conceito. Hegemonia foi pensada por Antonio Gramsci para analisar as relações entre classes sociais no âmbito interno e é entendida como uma forma de domínio na qual são construídas visões de mundo convergentes à supremacia, envolvendo força e consenso de forma dialética. Cox (1989) busca trazer esta concepção para a análise das Relações Internacionais e entende que a hegemonia internacional se fundamenta na expansão das visões de mundo das classes dominantes de um país central e implica na criação de ordens mundiais. Assim, “instituições econômicas e sociais, a cultura e a tecnologia associada com a hegemonia nacional se tornam padrões para a emulação externa” (Cox, 1983, p. 171, tradução livre). O âmbito militar importa para as discussões sobre hegemonia não apenas em razão de sua importância em termos de aplicação da coerção, mas também porque as relações militares – exercícios conjuntos, oferecimento de treinamento, exportação de armamentos e das tecnologia a eles associadas – são uma das formas dos Estados centrais exportarem uma visão sobre como as forças armadas da periferia devem se organizar.

A crise contemporânea de hegemonia na ordem liberal internacional é constituída por aspectos materiais e ideacionais. No primeiro aspecto, cabe ressaltar o declínio

relativo e a desindustrialização da economia estadunidense, assim como a perda de protagonismo das instituições financeiras e comerciais internacionais. Referente ao segundo aspecto, há que se mencionar as dificuldades da classe dominante dos EUA em legitimar sua posição de dominação, tanto interna como externamente – o que é averiguado pelo surgimento de contestações à liderança americana da ordem global e pelo fortalecimento de movimentos políticos de extrema-direita nos países centrais desta ordem (Babic 2020; Cooley and Nexon 2020; Arrighi 2007).

Ademais, trata-se de uma crise multifacetada e multidimensional, que Babic (2020) teoriza como podendo ser dividida em três níveis: i) o da economia política global, que compreende as mudanças estruturais, ii) o nível interestatal, que representa as relações entre o interno e o externo e iii) o societal, que abrange as mudanças internas e a contestação do senso comum que permeia a hegemonia estadunidense. Este artigo tem como foco o segundo nível.

Assim como Babic, Ana Esther Ceceña (2005) também propõe uma divisão para analisar as dinâmicas de contestação à hegemonia. Para a autora mexicana, há dois níveis: o da concorrência, que corresponde às disputas entre diferentes Estados que compõe o centro do capitalismo, e o nível sistêmico que corresponde, de fato, às contestações ao modo de produção capitalista, compreendendo a atuação de movimentos sociais e as revoluções. No primeiro caso, não está necessariamente em xeque o capitalismo, mas as “modalidades internas de domínio” (Ceceña 2005, p. 39). Neste artigo, são analisadas algumas reações dos Estados Unidos que visam retomar sua hegemonia na ordem liberal, fazendo frente à China. Estamos tratando, assim, do nível da competição.

As disputas entre China e Estados Unidos podem ser caracterizadas como uma rivalidade entre tipos diferentes de capitalismo (Xing and Bernal-Meza 2021; Hung 2020). Neste ínterim, não há a proposição de alternativas a este modo de produção, embora existam diferentes propostas sobre como regulá-lo. O crescimento econômico e o maior protagonismo político chinês são um dos componentes da crise da ordem internacional e da hegemonia dos Estados Unidos, embora não sejam um desafio ao capitalismo em si.

As reações dos Estados Unidos a estes processos também ocorrem em vários níveis. No nível do discurso, o governo da potência tem buscado caracterizar a China – e outras potências ascendentes – como agressiva e proposto uma reorganização da política

internacional em torno das categorias relacionadas à Estados “democráticos” e Estados “autoritários”. Esta é uma retórica que esteve presente desde a campanha eleitoral de Joe Biden e que intensifica a caracterização da China como um rival, como já acontecia no governo anterior. Neste processo, em 2021, Biden propôs a execução de uma Cúpula das Democracias, como parte da tentativa de construir a divisão do mundo entre países autoritários/democráticos.

Na América Latina, são entendidos como autoritários aqueles países que se aproximam das potências ascendentes e que tem uma política externa de contestação aos Estados Unidos. Ganham relevo Cuba, Nicarágua e Venezuela, chamados de “troika da tirania” por John Bolton (2018) e excluídos da Cúpula das Américas de 2022 por Biden. Por outro lado, são caracterizados como democráticos países que tem uma Política Externa mais aceitável para a potência, como é o caso de Brasil e de Colômbia. A classe dominante dos Estados Unidos teme que os países do Sul Global, especialmente na América Latina e na África, escolham seguir uma modalidade de capitalismo com maior intervenção estatal e, de forma concomitante, que estes países incorporem o que os estadunidenses percebem como um “modelo chinês”, lido como aumento da intervenção estatal na economia e ampliação da influência chinesa sobre tais territórios (Xing and Bernal-Meza 2021).

Na América Latina, a busca estadunidense por recuperação de sua hegemonia passa pela tentativa de isolar governos críticos ao seu domínio, assim como promover mudanças políticas. A Venezuela tem sofrido fortes pressões dos Estados Unidos, especialmente desde 2019, quando a potência tentou, sem sucesso, promover uma mudança de regime e levar à queda do governo de Nicolas Maduro (Ceceña and Rodríguez 2018). Em outras partes, a potência continua a construir relações com atores internos que são favoráveis ao seu domínio e agem para emplacá-los politicamente (Penido and Stédile 2021).

Neste contexto, o Comando Sul tem se mostrado como um dos principais atores a demandar urgência em conter a China, pintando a presença econômica do país asiático como um desafio aos EUA na região (Romano 2020; Milani 2021). Na visão de Ceceña e Rodriguez (2018), esta situação faz parte de um processo de militarização regional impulsionado pelos Estados Unidos. Estes autores definem militarização como i) a busca de soluções militares para diversos tipos de problemas, e ii) a ascensão de uma concepção política marcada pela divisão do mundo entre amigos e inimigos (Ceceña

and Rodríguez 2018). Como parte da estratégia de contenção da China, os militares estadunidenses propõe a ampliação das “parcerias” com suas contrapartes latino-americanas, entendendo-as como essenciais para que os EUA se mantenham como o ator preferido dos latino-americanos no âmbito da cooperação em segurança (USSOUTHCOM 2022).

O incremento das relações militares é justificado com base em percebidas ameaças e desafios de caráter intra-estatal, como o combate ao narcotráfico, crises humanitárias ou a resposta a desastres naturais (Lajtmán 2020). Romano (2020) entende essa situação como de intensificação de uma postura imperialista, na qual os EUA buscam legitimar sua dominação com uma retórica de nova guerra fria e disputam o senso comum e os mercados com atores emergentes na América Latina.

Por outro lado, os militares latino-americanos são também um ator influente internamente e que, de forma geral, tem um histórico de aproximação com os Estados Unidos. As aproximações entre os militares da potência e a região remontam às duas guerras mundiais e intensificaram-se após a Revolução Cubana, em 1969, quando os EUA criaram programas específicos de treinamentos e de exercícios conjuntos. Este processo relaciona-se com o apoio estadunidense ao anti-comunismo durante a Guerra Fria e à formulação das doutrinas de segurança nacional (Rouquié 1984; López 1987). Contemporaneamente, em vista da percebida “ameaça” chinesa são estes contatos que os EUA visam reforçar, por meio da promoção de cooperação em segurança.

2. Cooperação em Segurança e relações militares Brasil-Estados Unidos

A cooperação em segurança é definida pela doutrina militar dos Estados Unidos como composta por ações em conjunto com forças armadas estrangeiras e que visam à “[...] construção de relações que ajudam na promoção dos interesses estadunidenses, possibilitam nações parceiras a promover acesso ao território, infraestrutura, informação e recursos; e/ou constroem e empregam capacidades de forma consistente aos objetivos de defesa dos EUA” (JOINT CHIEFS OF STAFF, 2017, p. 11, tradução livre). A cooperação em segurança é justificada por sua utilidade na construção de parcerias entre os militares dos EUA e de outros países, o que é entendido como importante para a promoção dos interesses da potência. Assim, entende-se aqui que a cooperação em segurança é uma das (muitas) formas de exercício da hegemonia, já que visa à expansão de visões de mundo e interesses dos EUA, assim como contribui para legitimá-los.

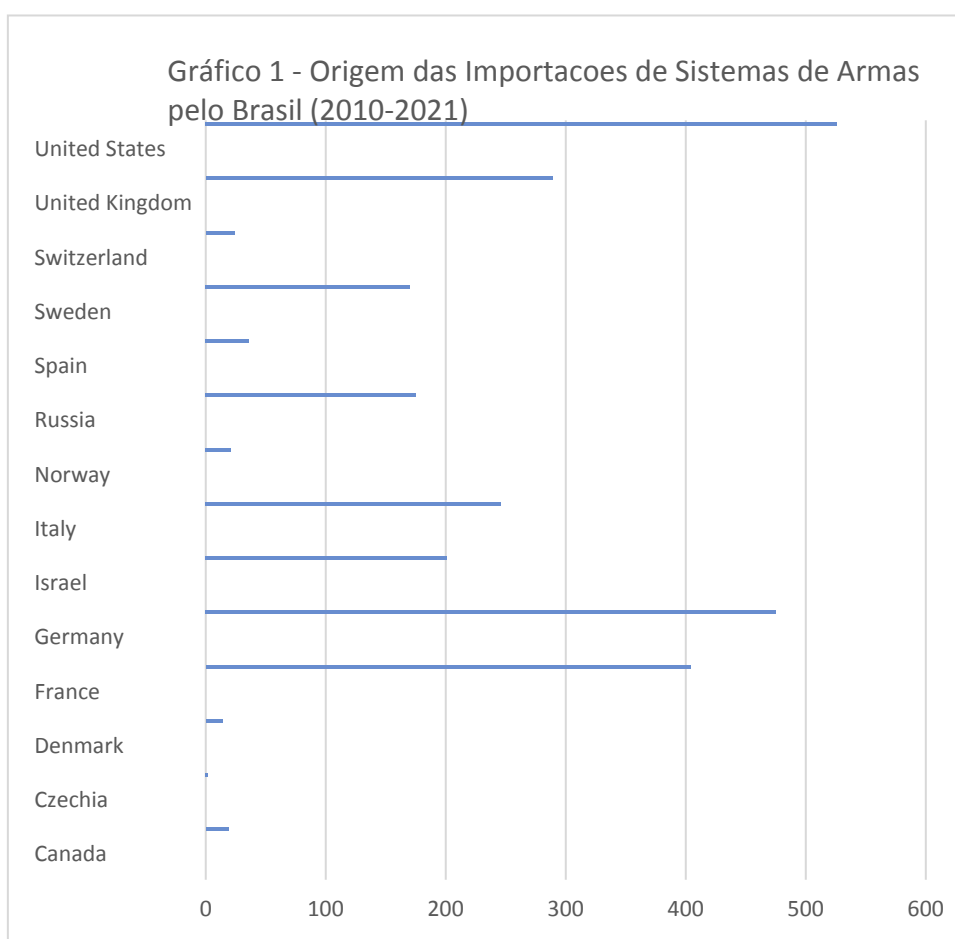
Existem procedimentos específicos, regulamentados pelo *Foreign Assistance Act* (FAA) de 1961, para que a potência destine recursos na categoria “cooperação em segurança”. Entre eles, um requerimento é que o investimento seja justificado em termos de sua contribuição para os interesses nacionais da potência, devendo estar alinhadas com a Estratégia de Segurança Nacional (NSS, na sigla em inglês) e com planos específicos produzidos para cada país, denominados de estratégias integradas. Trata-se de uma formulação vertical, destinada a promover o interesse e os valores estadunidenses – como fica explícito na doutrina (Joint Chiefs of Staff 2017).

No caso do Brasil, a estratégia integrada de 2018, única disponível on-line, aponta que a potência tem interesse em aumentar a cooperação em defesa e a interoperabilidade “doutrinária e estratégica”, com vistas a contribuir para a “estabilidade regional” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2018, p. 5). Brasil e Estados Unidos são descritos no documento como “parceiros naturais” por serem as maiores democracias e contarem com as maiores forças armadas das Américas (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2018, p. 13).

Contudo, esta descrição silencia as tensões nas relações militares entre ambos os países, marcadas historicamente por limitações importantes. Para citar alguns exemplos, durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil permitiu a instalação de bases dos Estados Unidos no Nordeste, mas demandou que estas fossem desativadas logo após o fim das hostilidades. Ademais, após o golpe militar de 1964, houve uma aproximação inicial e tentativas de aprofundamento, porém em 1977, o governo de Ernesto Geisel rompeu o acordo militar que vigorava entre ambos os países em reação à críticas estadunidenses sobre violações de direitos humanos (Bandeira 2010). Em outras palavras, o Brasil não é aliado tradicional dos Estados Unidos.

Ainda assim, nos últimos anos, os Estados Unidos têm buscado reforçar a cooperação em segurança com o Brasil. Esta dinâmica retoma o processo de negociação do Acordo de Cooperação em Defesa (DCA), assinado em 2010 e ratificado em 2015. O DCA é um acordo guarda-chuva e, apesar de não implicar em compromissos específicos para o Brasil, prevê a condução de treinamentos e exercícios militares conjuntos. Nos mesmos anos, foi assinado e ratificado o General Security of Military Information Agreement (GSOMIA), que visa aumentar a segurança no compartilhamento de informações confidenciais.

No momento de assinatura destes dois acordos, a orientação geral da Política Externa Brasileira não refletia uma tendência de aproximação com os Estados Unidos. Ao contrário, tratou-se de um momento de busca por ampliação de graus de autonomia e diversificação de parcerias (Vigevani and Cepaluni 2007; Trinkunas 2016). Esta orientação formou parte de um conjunto de razões que levou o Brasil a optar pela compra de armamentos vindos de países europeus. Destacam-se as parcerias com a França – sobre submarinos – e com a Suécia – sobre caças – e, em ambos os casos, foram acordadas formas de transferência de tecnologia. Como pode ser observado no Gráfico 1, entre 2010 e 2021, os Estados Unidos se mantiveram como o principal fornecedor individual de armamento para o Brasil, porém, quando somados, os países europeus correspondem a maior origem de armas para o Brasil.



Elaborado pela autora a partir da base de dados de transferências de armas do SIPRI. Os números são valores do indicador de tendência elaborado pelo SIPRI (TIVs) e expressos em milhões (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE 2022).

Além do tema da compra de armamentos, a orientação global da Política Externa Brasileira era combinada com a busca de ampliar a cooperação em defesa no nível sul-

americano o que se expressou na criação do Conselho de Defesa Sul-americano, no âmbito da Unasul. Este representou uma pioneira iniciativa discutir temas relacionados à defesa, com a participação dos respectivos ministros, e sem a presença dos Estados Unidos (Vitelli 2016; Vitelli and Milani 2019).

Também naquele momento houve uma aproximação importante entre o Brasil e outros países emergentes, que juntos formaram os Brics. O fórum tem importantes limites internos, como a falta de convergência entre os objetivos estratégicos de seus membros, e tem como foco principal temas econômicos e políticos, importando menos em temas de defesa. Contudo, o agrupamento é um desafio à liderança dos Estados Unidos na ordem internacional, mesmo que não possa ser entendido como uma alternativa contra hegemônica, por não contestar o capitalismo em si (Taylor 2016).

A aproximação com países emergentes – especialmente com a China – não decorria apenas de decisões referentes à orientação de política exterior, mas tinha como fundamento o aumento da importância da potência asiática para a economia brasileira, sendo que esta tornou-se a principal parceira comercial e uma importante promotora de investimentos externos diretos no Brasil (Schutte 2020; Marra et al. 2021). Em outras palavras, a aproximação com a China corresponde a inventivos materiais e reflete as transformações estruturais da ordem liberal internacional.

Contudo, durante os governos de Lula e Dilma Rousseff, o Brasil não deixou de se envolver em atividades de cooperação em segurança lideradas pelos Estados Unidos, sendo que estas passaram por um processo de institucionalização. O Brasil participou, por exemplo, desde 2013, de todas as edições do exercício militar Panamax promovido pelo Comando Sul (Apêndice 1). O Brasil também se engajou na Junta Interamericana de Defesa (JID), o que fica patente no fato de que, em 2006, um brasileiro tornou-se presidente da organização, posição anteriormente apenas ocupada por estadunidenses (Ministério da Defesa 2020).

Em 2012, foi criado o Diálogo de Cooperação Industrial em Defesa Brasil-Estados Unidos, cujo objetivo anunciado era aproximar os ministério e a secretaria de Defesa (The White House 2012). A iniciativa foi reformulada em 2016, passando a denominar-se de Diálogo da Indústria de Defesa, inclui representantes dos setores público e privado e entre seus objetivos estão aumentar o comércio bilateral em defesa e a cooperação tecnológica (U.S. Embassy & Consulates in Brazil 2017).

Assim, havia alguma abertura brasileira para a cooperação em segurança com os Estados Unidos. Porém havia também uma orientação geral de diversificação de parcerias e busca de autonomia. Este contexto permeado por ambiguidades sofreu transformações a partir de 2016, quando, após o golpe que destituiu a presidente Dilma Rousseff e levou à ascensão de Michel Temer, foi adotada uma orientação de reaproximação de parceiros tradicionais – incluindo os Estados Unidos. Esta postura repercutiu também nas relações militares, as quais tem se tornado um dos mecanismos por meio dos quais os Estados Unidos buscam retomar sua hegemonia na América Latina. Esta movimentação, no entanto, tem encontrado algumas dificuldades, decorrentes da estrutural importância econômica da China para o Brasil, o que não foi modificado com a ascensão de governos de direita.

3. Relações Militares Brasil-Estados Unidos (2016-2022)

A mudança de governo de 2016 trouxe uma modificação nas prioridades de Política Externa Brasileira e uma orientação de maior aproximação aos Estados Unidos. Como já pontuado, até então existiam iniciativas de aproximação no âmbito militar, representadas pelo DCA, GSOMIA e DID, mas estes ocorriam em um contexto no qual a Política Externa Brasileira orientava-se para a diversificação de parcerias e promoção da multipolaridade. A partir de 2016, a cooperação em segurança Brasil-Estados Unidos teve novos desdobramentos.

Em 2017 ocorreu um exercício conjunto, em território brasileiro, com a participação de militares do Exército estadunidense. O exercício chamava-se AmazonLog e foi definido como um “Exercício de Logística Multinacional Interagências conduzido pelo Comando Logístico do Exército Brasileiro, inédito na América do Sul” e ocorreu na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru (Exército Brasileiro 2017). O exercício simulava uma situação de crise humanitária e contou com a participação de militares do Brasil, Colômbia, Peru, Estados Unidos e outros países que enviaram um número menor representantes ou participaram como observadores (Ministério da Defesa. Assessoria de Comunicação Social (Ascom). 2017).

Após a eleição de Bolsonaro, este processo intensificou-se. Na análise de Ruvalcaba (2021), o período no qual coincidiram as administrações de Donald Trump e Jair Bolsonaro correspondeu a um sobredimensionamento da dimensão militar no conjunto

das relações bilaterais, sendo este um dos temas mais destacados nos discursos presidenciais. Neste ínterim, o primeiro ano do governo Bolsonaro mostra de forma importante a tendência de aproximação com os Estados Unidos no âmbito da cooperação em segurança.

Na primeira visita aos Estados Unidos, em março de 2019, ocorreram duas movimentações importantes: a assinatura do acordo de salvaguardas tecnológicas referente ao Centro de Lançamentos de Alcântara e o anúncio de que o Brasil seria nomeado aliado extra-Otan, o que ocorreu em julho (The White House 2019). O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (TSA, na sigla em inglês) foi ratificado no mesmo ano e consiste em uma série de normas destinadas a fornecer proteção à tecnologia sensível dos Estados Unidos e é imposto como condição para que satélites ou veículos lançadores com peças ou tecnologia da potência sejam lançados desde a base brasileira.

No passado, no ano 2000, houve uma tentativa de assinatura de acordo semelhante, contudo ela foi barrada no Congresso Nacional em razão de preocupações referentes à soberania nacional. Havia preocupação com cláusulas que definiam vetos à participação de outros países na base de Alcântara e o que foi chamado na época de “salvaguardas políticas, ditadas pelos interesses estratégicos dos EUA” (Câmara dos Deputados 2001, p. 52). O novo acordo não elimina estas salvaguardas políticas, limitando, por exemplo, o lançamento de satélites por países que não são membros do MTCR, como é o caso da China (Presidência da República 2020). Embora tenha sido assinado no governo Bolsonaro, cabe pontuar que a retomada da negociação ocorreu durante o governo Temer.

É importante salientar que, além do TSA, foram iniciadas discussões para o desenvolvimento conjunto de um satélite entre o Brasil e os Estados Unidos (U.S. Department of State 2021). Este tema é crítico porque, desde 1988, o Brasil mantém um projeto semelhante com a China, o China-Brazil Earth Resources Satellite (CBERS), que levou ao lançamento de seis satélites, produzidos conjuntamente e lançados pela potência asiática.

O status de aliado extra-Otan corresponde a uma declaração presidencial, é um passo simbólico e que pode facilitar o processo de exportação de armamentos. Após a nomeação do Brasil nesta categoria, também foram iniciadas discussões sobre uma possível parceria entre o Brasil e a OTAN (The White House 2021). Em setembro de 2019, foi inaugurado um mecanismo, nomeado Diálogo de Parceria Estratégica Brasil

Estados Unidos [U.S.-Brazil Strategic Partnership Dialogue], que foi organizado em três pilares: i) governança democrática, ii) prosperidade econômica e iii) cooperação em defesa e segurança, o que mostra a importância atribuída a tais temas no escopo das relações bilaterais (U.S. Embassy & Consulates in Brazil 2019).

Ainda em 2019, o Brasil aderiu ao *State Partnership Program*, com a assinatura de um acordo entre as Forças Armadas do Brasil e a Guarda Nacional de Nova York. O programa tem por objetivo construir relações, por meio de atividades bilaterais de treinamento, entre guardas nacionais de diferentes estados dos EUA e militares de países de diferentes partes do mundo – sendo que o Brasil foi o último país da América do Sul a aderir (New York National Guard; U.S. Southcom 2019). Por fim, neste mesmo ano, o Brasil foi anfitrião da fase atlântica do exercício UNITAS, exercício multilateral, operacionalizado pelas Marinhas dos países americanos, coordenado pelo Comando Sul e realizado desde a década de 1960 (U.S. Southern Command 2019).

Em 2020, em viagem aos Estados Unidos, Bolsonaro assinou o Acordo de Pesquisa, Desenvolvimento, Testes e Avaliação em Defesa (Acordo RDT&E) e realizou uma visita à sede do Comando Sul, sendo esta a primeira visita de um presidente brasileiro ao comando (SOUTHCOM PUBLIC AFFAIRS, 2020). O RDT&E foi assinado pelo Ministério da Defesa e pelo Departamento de Defesa e define o escopo geral de regras e procedimentos a serem adotados para a assinatura de acordos sobre cooperação em pesquisa, desenvolvimento, teste e avaliação na área de defesa. Tais acordos entram como anexos futuros do RDT&E (U.S. Department of Defense. Ministério da Defesa. 2020).

Em 2021, chamou a atenção a realização de dois exercícios militares bilaterais, um nos Estados Unidos, em fevereiro, e outro no Brasil, em dezembro. O treinamento de fevereiro ocorreu no *Joint Readiness Training Center* (JRTC), na base de Fort Polk, Louisiana, e contou com a participação de 203 membros do Exército e 21 membros da Aeronáutica Brasileira e houve participação do KC-390 (Dialogo Americas 2021). O chefe da delegação brasileira afirmou que o exercício seria importante para revisar documentos de doutrina, como manuais de campo e de instruções (Dialogo Americas 2021). O exercício que teve lugar no Brasil foi denominado de Southern Vanguard 22, faz parte do programa **CORE**, e o seu objetivo foi descrito como de ampliar a prontidão, interoperabilidade e a segurança no Hemisfério Ocidental, e há previsão de tais exercícios sejam repetidos até 2028 (U.S. Army South Public Affairs 2021). Foi

autorizada a entrada de “duzentos e quarenta militares norte-americanos, armamentos, acessórios, munições, optônicos, dispositivos ópticos e sensores e equipamentos de comando, controle e comunicação” (Poder Executivo. 2021).

Também em 2021, ganhou destaque o leilão para a concessão da infraestrutura de 5G no Brasil. Os Estados Unidos pressionaram o Brasil para que houvesse um veto ao fornecimento de equipamentos pela empresa chinesa Huawei, alegando risco de espionagem. Em reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo, foi noticiado que o veto à Huawei seria uma condição para o ingresso do Brasil no programa de parceria com a OTAN (Coletta and Vargas 2021). O Diretor do Conselho de Segurança Nacional para o Hemisfério Ocidental, Juan González negou que houvesse conexão entre a parceria com a OTAN e a questão da Huawei, mas confirmou que existia preocupação dos Estados Unidos com a presença da empresa chinesa na infraestrutura de telecomunicações brasileira (The White House 2021). No final, o Brasil decidiu por não excluir a Huawei da infraestrutura de 5G.

Por fim, em 2022, cabe ressaltar a participação do Brasil no Exercício Tradewinds, coordenado pelo Comando Sul e que tem como foco a Defesa e Segurança na América Central. O Brasil costumeiramente participa de outros exercícios multilaterais promovidos pelo comando estadunidense, como é o caso do já mencionado Unitas e do Panamax, originalmente criado com o objetivo de defesa do canal do Panamá. Contudo, não era comum a participação neste outro e não fica claro porque o país tomou a decisão de se unir a um exercício que ocorre em uma área de tradicional projeção de poder estadunidense (Apêndice 1).

Considerações Finais

Este artigo discutiu a ampliação das relações militares entre Brasil e Estados Unidos como parte da busca estadunidense de retomada de sua hegemonia na América Latina em um período de crise da ordem liberal internacional. A cooperação em segurança importa não apenas em razão da aplicação da força – própria da instituição – mas é também uma forma das classes dominantes nos Estados Unidos exportarem visões de mundo e sobre como tais instituições devem se organizar. É também uma forma de fazer frente à competição interestatal, que crescentemente tem caracterizado a

ordem internacional contemporânea e que compõe parte da crise de hegemonia – nos âmbitos global e latino-americano.

As relações militares Brasil-Estados Unidos vêm passando por um período de valorização e crescimento, o que retoma a ratificação do Acordo de Cooperação em Defesa (DCA) – que previa o aumento de treinamento e exercícios conjuntos. A partir de então, houve a assinatura de outros acordos bilaterais e tiveram início exercícios conjuntos no âmbito bilateral, realizados em território nacional e nos Estados Unidos. Até 2016, esse processo combinava-se com uma política exterior de busca de autonomia; após o golpe e, especialmente, durante o governo Bolsonaro, foi colocada em prática uma política exterior de aceitação da subordinação à potência. Essa aproximação acontece apesar do fato de que existem incentivos materiais – comerciais e de investimentos – para que o Brasil tenha uma postura de diversificação de parcerias e de cooperação com a China.

Referências

- Acharya, Amitav. 2014. *The End of American World Order*. Cambridge: Cambridge Polity Press.
- Arrighi, Giovanni. 2007. *Adam Smith Em Pequim: Origens e Fundamentos Do Século XXI*. Edited by tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Babic, Milan. 2020. “Let’s Talk about the Interregnum: Gramsci and the Crisis of the Liberal World Order.” *International Affairs* 96 (3): 767–86.
<https://doi.org/10.1093/ia/iiz254>.
- Bandeira, Luiz Alberto Moniz. 2010. *Brasil, Argentina e Estados Unidos. Conflito e Integração Na América Do Sul*. 3ª rev. e. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bernal-Meza, Raúl. 2020. “Conclusion: China and Latin America in the Global Political Economy: The Development of a New Core- Periphery Axis.” In *China–Latin America Relations in the 21st Century*, edited by Raúl Bernal-Meza and Li Xing. Palgrave Macmillan. <http://www.palgrave.com/gp/series/13996>.
- Bolton, John. 2018. “Remarks by National Security Advisor Ambassador John R. Bolton on the Administration’s Policies in Latin America.” National Security Council. 2018.
- Câmara dos Deputados. 2001. *PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 1.446-A, DE 2001 (Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)*. Brasília. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1099427&filename=Avulso+-PDC+1446/2001.
- Ceceña, Ana Esther. 2005. “Estratégias de Construção de Uma Hegemonia Sem Limites.” In *Hegemonias e Emancipações No Século XXI*, edited by Ana Esther Ceceña, 35–55. São Paulo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Ceceña, Ana Esther, and David Barrios Rodríguez. 2018. “Dominación Capitalista y Geopolítica Continental.” *Revista de Estudios Estratégicos*, no. 6: 53–72.
<http://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/rej/article/view/127/114>.

- Coletta, Ricardo Della, and Mateus Vargas. 2021. "Por Veto a Huawei, EUA Acenam Com Parceria Militar Do Brasil Na Otan." Folha de S. Paulo. 2021.
- Cooley, Alexander, and Daniel Nexon. 2020. *Exit from Hegemony. The Unraveling of the American Global Order*. New York: Oxford University Press.
- Cox, Robert. 1983. "Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method." *Millennium* 12 (2): 162–75.
- Dialogo Americas. 2021. "Brazilian Service Members Take Part in Operational Exercise in the US." FEBRUARY 10, 2021. 2021.
- Exército Brasileiro. 2017. "AMAZONLOG 2017." Ministério Da Defesa. Exército Brasileiro. Notícias. 2017. http://www.eb.mil.br/amazonlog17/noticias/-/asset_publisher/BsJDxIc4XCbS/content/escola-de-comando-e-estado-maior-do-exercito-amazonlog-2017/8032597.
- Hung, Ho-Fung. 2020. "The US-China Rivalry Is About Capitalist." *Jacobin Magazine*. <https://jacobin.com/2020/07/us-china-competition-capitalism-rivalry>.
- Joint Chiefs of Staff. 2017. "Security Cooperation." Washington, D.C.
- Kupchan, Charles A. 2014. "The Normative Foundations of Hegemony and The Coming Challenge to Pax Americana." *Security Studies* 23 (2): 219–57. <https://doi.org/10.1080/09636412.2014.874205>.
- Lajtman, Tamara. 2020. "Trump y La Renovación Del Militarismo Imperial En América Latina y El Caribe." In *Trumperialismo. La Guerra Permanente Contra América Latina*, edited by Silvina M. Romano, 1:37–63. Buenos Aires: Celag: Mármol Izquierdo.
- Layne, Christopher. 2012. "This Time It's Real: The End of Unipolarity and the 'Pax Americana.'" *International Studies Quarterly* 56 (1): 203–13.
- López, Ernesto. 1987. *SEGURIDAD NACIONAL Y SEDICIÓN MILITAR*. Buenos Aires: Editorial Legasa. Colección Nueva Información.
- Marra, Ana Tereza Lopes, Giorgio Romano Schutte, Ana Paula Teixeira, Bruna Belasques, and Bruno Castr. 2021. "Relações Brasil-China No Governo Bolsonaro: Da Ideologia Ao Pragmatismo." In *As Bases Da Política Externa Bolsonarista*, edited by Gilberto; Maringoni, Giorgio Romano; Schutte, and Tatiana Berringer, 229–50. São Paulo: Editora UFABC.
- Milani, Livia Peres. 2021. "US Foreign Policy to South America since 9/11: Neglect or Militarisation?" *Contexto Internacional* 43 (1): 121–46. <https://doi.org/10.1590/s0102-8529.2019430100006>.
- Ministério da Defesa. 2020. "HISTÓRICO DA RBJID." 2020.
- Ministério da Defesa. Assessoria de Comunicação Social (Ascom). 2017. "AMAZONLOG: Começa Em Tabatinga (AM) Maior Exercício de Logística Humanitária Do Brasil." Brasília. 2017.
- Myers, Margaret, Carol Wise, and (Editors). 2017. *The Political Economy of China-Latin America Relations in the New Millennium. Brave New World*. New York: Routledge.
- NATO. 2022. "NATO 2022 Strategic Concept." *NATO. North Atlantic Treaty Organization*, 2022. <https://www.nato.int/strategic-concept/>.
- New York National Guard; U.S. Southcom. 2019. "Signing Ceremony Formalizes New York and Brazil Partnership." News. 2019.
- Nolte, Detlef. 2013. "The Dragon in the Backyard: US Visions of China's Relations toward Latin America." *GIGA Focus International Edition*, 5 18 (2): 587–98.
- Paz, Gonzalo Sebastián. 2012. "China , United States and Hegemonic Challenge in Latin America : An Overview and Some Lessons from Previous Instances of Hegemonic Challenge in the Region." *The China Quarterly* / 209: 18–34.

- <https://doi.org/10.1017/S0305741011001469>.
- Penido, Ana, and Miguel Enrique Stédile. 2021. *Ninguém Regula a América. Poder Executivo*. 2021. “NoDECRETO Nº 10.834, DE 13 DE OUTUBRO DE 2021.” DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. 2021. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.834-de-13-de-outubro-de-2021-351998128>.
- Presidência da República. 2020. *DECRETO No 10.220, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2020. Promulga o Acordo Entre o Governo Da República Federativa Do Brasil e o Governo Dos Estados Unidos Da América Sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação Dos Estados Unidos Da América Em Lançam*. Brasília. <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=10220&ano=2020&ato=5b2ITUE1EMZpWTda7>.
- Romano, Silvina María (org). 2020. *Trumperialismo : La Guerra Permanente Contra América Latina*. Edited by Silvina M. Romano. Celag: Mármol Izquierdo.
- Rouquié, Alain. 1984. *O Estado Militar Na América Latina*. 1st ed. Santos: Editora Alfa Omega.
- Ruvalcaba, Daniel Morales. 2021. “La Política Exterior de Estados Unidos Hacia Brasil: Cambios y Continuidades En La Administración Biden.” *Relaciones Internacionales* 94 (1): 141–69. <https://doi.org/10.15359/ri.94-1.7>.
- Sanahuja, José Antonio, and Camilo López Burian. 2020. “La Nueva Extrema Derecha Neopatriota Latinoamericana : El Internacionalismo Reaccionario y Su Desafío Al Orden Liberal Internacional.” *Cojuntura Austral Journal of the Global South* 11 (55): 22–34.
- Santibañes, Francisco De. 2009. “An End to U . S . Hegemony ? The Strategic Implications of China ’ s Growing Presence in Latin America An End to U . S . Hegemony ? The Strategic Implications of China ’ s Growing Presence in Latin America” 5933. <https://doi.org/10.1080/01495930802679728>.
- Schutte, Giorgio Romano. 2020. *Oásis Para o Capital. Solo Fértil Para a “Corrida de Ouro.”* Curitiba: Appris.
- STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. 2019. “SIPRI Arms Transfers Database.” Stockholm.
- Taylor, Ian. 2016. “BRICS in Africa and Underdevelopment: How Different?” In *Emerging Powers, Emerging Markets, Emerging Societies: Global Responses*, edited by Steen Fryba Christensen and Li Xing, 162–84. Palgrave Macmillan.
- The White House. 2012. “Fact Sheet: U.S.-Brazil Defense Cooperation.” 2012.
- . 2019. “Designation of the Federative Republic of Brazil as a Major Non-NATO Ally.” PRESIDENTIAL MEMORANDA. 2019.
- . 2021. “On-the-Record Press Call by National Security Council Senior Director for the Western Hemisphere Juan Gonzalez on Official Travel to Brazil and Argentina.” PRESS BRIEFINGS. 2021.
- Tickner, Arlene B., and Mateo Morales. 2015. “Cooperação Dependente Associada . Relações Estratégicas Assimétricas Entre Colombia y Estados Unidos.” *Colombia Internacional* 85 (setembro-dezembro): 171–206. <https://doi.org/10.7440/colombiaint85.2015.06>.
- Tickner, Arlene B. 2007. “Intervención Por Invitación. Claves de La Política Exterior Colombiana y de Sus Debilidades Principales.” *Colombia Internacional*, no. 65: 90–111.
- Trinkunas, David R. Mares Harold A. 2016. *Aspirational Power. Brazil on the Long Road to Global Influence*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.
- U.S. Army South Public Affairs. 2021. “Bilateral Military Exercise Southern Vanguard

- 22 Begins in Brazil.” U.S. Southern Command. 2021. <https://www.southcom.mil/MEDIA/NEWS-ARTICLES/Article/2865017/bilateral-military-exercise-southern-vanguard-22-begins-in-brazil/>.
- U.S. Department of Defense. Ministério da Defesa. 2020. “Acordo Entre o Governo Da República Federativa Do Brasil e o Governo Dos Estados Unidos Da América Referente a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Testes e Avaliação (Acordo RTD&E).”
- U.S. Department of Defense. 2022. “Fact Sheet: 2022 National Defense Strategy.” Washington, D.C.: U. S. Department of Defense.
- U.S. Department of State. 2021. “U.S. Relations With Brazil.” BILATERAL RELATIONS FACT SHEET. 2021.
- U.S. Embassy & Consulates in Brazil. 2017. “Declaração Conjunta: Diálogo Da Indústria de Defesa Brasil-EUA (DID): Segunda Reunião.” Notícias e Eventos. 2017.
- . 2019. “U.S.-Brazil Strategic Partnership Dialogue.” News and Events. 2019.
- U.S. Southern Command. 2019. “UNITAS LX Kicks off in Rio de Janeiro.” News. 2019. <https://www.southcom.mil/MEDIA/NEWS-ARTICLES/Article/1937909/unitas-lx-kicks-off-in-rio-de-janeiro/>.
- USSOUTHCOM. 2022. “Statement of General Laura J. Richardson Commander, United States Southern Command before the 117 Congress.”
- Vaicius, Ingrid, and Adam Isacson. 2003. “The ‘ War on Drugs ’ Meets the ‘ War on Terror ’ The United States ’ Military Involvement in Colombia Climbs to the next Level.” *International Policy Report*, no. February: 1–19.
- Vigevani, Tullo, and Gabriel Cepaluni. 2007. “A Política Externa de Lula Da Silva: A Estratégia Da Autonomia Pela Diversificação.” *Contexto Internacional* 29 (2): 273–335. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292007000200002>.
- VITELLI, Marina G. 2016. “Comunidad e Identidad En La Cooperación Regional En Defensa: Entendimientos En Conflicto Sobre Pensamiento Estratégico En El Consejo de Defensa Sudamericano.” *Revista Da Escola de Guerra Naval* 2 (2): 233–60.
- Vitelli, Marina, and Livia Peres Milani. 2019. “Regionalismo Sudamericano En Tiempos de Redefiniciones: El Consejo de Defensa de La UNASUR y La Crisis Del Regionalismo Posliberal y Poshegemónico.” *Revista Uruguaya de Ciencia Política* 28 (2): 35–60. <https://doi.org/10.26851/RUCP.28.2.2>.
- Xing, Li, and Raúl Bernal-Meza. 2021. “China-US Rivalry: A New Cold War or Capitalism’s Intra-Core Competition?” *Revista Brasileira de Política Internacional* 64 (1): 1–20. <https://doi.org/10.1590/0034-7329202100110>.

Apêndice 1 – Resposta a Pedido de Acesso à Informação

Teor

Resumo

Participação do Brasil em exercícios multilaterais promovidos pelo Southcom

Fale aqui

Gostaria de informações sobre a participação do Brasil, desde 2010, nos exercícios militares multilaterais UNITAS, TRADEWINDS e PANAMAX promovidos pelo Southcom. De quais edições destes exercícios iterativos o Brasil participou? Qual foi o número de militares enviados? A quais forças pertenciam?

Prezado(a) Cidadão(ã),

Ao cumprimentá-lo(a) cordialmente, reporto-me ao pedido formulado por Vossa Senhoria de NUP 60110.001393/2022-77, de 19 de maio de 2022.

Após consulta ao órgão competente da administração central deste Ministério, o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC-MD) apresenta, abaixo, informações no que tange às ações desenvolvidas na alçada do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (ECMFA) do Ministério da Defesa:

Nome da Operação	Órgãos envolvidos	Participantes
PANAMAX 2013	Ministério da Defesa e Forças Armadas	MB - 15; EB - 17 e FAB - 05.
PANAMAX 2014	Ministério da Defesa e Forças Armadas	MD - 07; MB - 10; EB - 14 e FAB - 03.
PANAMAX 2015	Ministério da Defesa e Forças Armadas	MD - 06; MB - 08; EB - 09 e FAB - 04.
PANAMAX 2016	Ministério da Defesa e Forças Armadas	MD - 06; MB - 07; EB - 13 e FAB - 06.
PANAMAX 2017	Ministério da Defesa e Forças Armadas	MD - 06; MB - 10; EB - 14 e FAB - 11.
PANAMAX 2018	Ministério da Defesa e Forças Armadas	MD - 10; MB - 17; EB - 22 e FAB - 13.
PANAMAX 2019/2020	Ministério da Defesa e Forças Armadas	A partir deste ciclo, o exercício passou a ser bianual. Não foi realizado no ano de 2020 pelas restrições sanitárias em virtude da pandemia do COVID-19.
PANAMAX 2021/2022	Ministério da Defesa e Forças Armadas	Exercício previsto para ser executado em agosto de 2022.
TRADEWINDS 2022	Ministério da Defesa e Forças Armadas	MD - 02; MB - 05; EB - 02 e FAB - 02.

MD: Ministério da Defesa
MB: Marinha Brasileira
EB: Exército Brasileiro
FAB: Força Aérea Brasileira

Cumpra esclarecer, que as informações relativas aos exercícios PANAMAX e TRADEWINDS foram elaboradas com base nos relatórios dos respectivos eventos.

Os dados relativos ao exercício UNITAS são de responsabilidade da Marinha do Brasil. Portanto, diante do exposto, e de acordo com o art. 15, § 1º, inciso IV, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, caso haja interesse, este SIC-MD sugere que V. Sª. faça 1 (um) novo pedido, encaminhando-o diretamente ao SIC do Comando da Marinha (CMAR), por meio da Plataforma Fala.BR (falabr.cgu.gov.br).